

DOCUMENTO INTRODUTÓRIO À^I AUDIÊNCIA PÚBLICA
“Comunidades Indígenas do RN: afirmação de suas identidades”
LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / NATAL

Até algumas décadas atrás se aceitava o desaparecimento progressivo e inquestionável dos índios do nordeste brasileiro. No estado do Rio Grande do Norte, esse pensamento ainda é atual. Por um lado, a historiografia local insiste em afirmar sobre a extinção e a miscigenação das populações indígenas como algo resolvido e reservado aos confins da história. O surgimento dos núcleos urbanos, sobretudo com a criação das vilas e a extinção dos antigos aldeamentos ao longo da segunda metade do século XIX com a criação e aplicação da Lei de Terras, teria acelerado esse processo histórico, que definitivamente expropriou os territórios indígenas, expulsando os seus antigos donos.

Por outro lado, a etnologia também compartilhava do mesmo ponto de vista, menosprezando os estudos dos povos indígenas na região. Além disso, os censos oficiais também os excluíram em seus cálculos demográficos: a categoria residual "pardo" foi sendo aplicada, o que descaracterizava as identidades étnicas em proveito de critérios racialistas. Como resultado de uma história de violências, estigmatizações e minimização da diferença étnica, os índios buscaram estratégias variadas de manutenção de suas especificidades culturais e étnicas.

Desde a década de 1980, pesquisas antropológicas realizadas em diversas instituições superiores de ensino, nacionais e regionais, têm evidenciado processos históricos de diferenciação étnica e a manutenção de identidades distintas em todo o Brasil. O caso do reaparecimento e re-emergência de povos indígenas considerados desaparecidos tem sido constatado também no nordeste brasileiro, tendo sido igualmente reconhecido como uma questão política pelo próprio órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio. Estas pesquisas e estudos têm sido respaldados pela própria mobilização social e étnica dos povos indígenas nos últimos vinte anos.

A partir do ano de 2000, pesquisas acadêmicas vêm sendo igualmente desenvolvidas no estado do Rio Grande do Norte, sobretudo por meio de Base de Pesquisa vinculada ao Departamento de Antropologia/UFRN em estreita colaboração com o Museu Câmara Cascudo/UFRN. No Rio Grande do Norte inúmeras comunidades rurais demonstram, através dos anciãos, uma memória social indígena e muitas vezes, uma identidade diferenciada ligada a esses antecessores. Os mais velhos, em sua maioria, guardam um repertório de memória do grupo e de história de vida. Narram sobre a origem, os costumes, a história e seus próprios mitos, a exemplo da Mãe D'Água, de Dona Fulozinha, entre outros seres encantados que "guardam" a natureza. Percebemos que a história da "avó/lbisavó índia ou a Tapuia pega a casco de cavalo" é muito recorrente pelos sertões do RN, bem como nos interiores do nordeste brasileiro. Os mais velhos sobretudo, afirmam-se como "caboclo brabo", "tapuio", que tem "sangue de índio", entre outras adjetivações e expressões que os remetem às origens desses antecessores.

Os grupos até o momento investigados apresentam memória histórica e social, cuja significação ajuda a construir um sentimento cultural específico de pertença e tem ajudado a manter fronteiras étnicas e de diferenciação social diante de outros grupos sociais regionais. Tal como em outros estados da região Nordeste, especialmente o Ceará e Pernambuco, estes grupos e comunidades etnicamente diferenciados do Rio Grande do Norte têm afirmado uma identidade indígena e reivindicado seu reconhecimento pelos órgãos governamentais. Vale salientar que mais recentemente através da Convenção 169 da OIT as organizações indígenas

têm reivindicado a auto-identificação para efeitos de garantir direitos inerentes à causa, não considerando mais necessário os laudos antropológicos morosos para seu reconhecimento.

A fim de oferecer dados sobre a situação indígena em nosso estado, podemos citar o censo populacional do ano de 2000, realizado pelo IBGE, que vem considerando a auto-identificação indígena em seus censos desde a década anterior. O censo de 2000 mostra que mais de três mil pessoas identificaram-se como indígenas no estado (TABELA 2.1.1- População Residente, por cor ou raça, segundo as Regiões Metropolitanas e os Municípios do Rio Grande do Norte). Isto vem indicar elementos de uma realidade indígena pouco conhecida e bastante invisibilizada tanto social como ideologicamente em nosso estado.

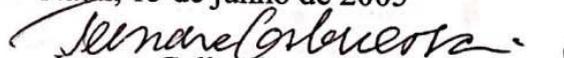
Na primeira semana do mês de fevereiro, tivemos a presença do Presidente da FUNAI, Dr. Mércio Pereira Gomes, em reunião no Museu Câmara Cascudo, quando foi apresentada a questão do reconhecimento das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte. Na ocasião, estiveram presentes vários representantes dos Eleotério e dos Mendonça, que vivem respectivamente nos municípios de Canguaretama e de João Câmara. Estas lideranças tiveram a oportunidade de falar de seus problemas e reivindicar demandas de suas comunidades.

Assim sendo, foi considerada de extrema importância a organização desta **Audiência Pública**, quando será possível conhecer de modo mais detalhado a situação vivida pelas comunidades indígenas do estado, seus problemas, suas demandas e reivindicações. Esse evento será certamente um momento crucial na história dos índios do Rio Grande do Norte. História esta tão esquecida nas escolas, nos livros didáticos e na sociedade em geral, precisando, portanto, ser relida, ser abordada de forma crítica e, principalmente ser amplamente incluída nos currículos escolares em nível municipal e estadual, recuperando a memória e a contribuição indígena em nosso estado no ambiente escolar e acadêmico e na sociedade em geral. Esse é o desafio: questionar a validade única e incontestável das "versões oficiais" e *lançar mão* dos avanços de estudos que relativizam o senso comum e as idéias que rejeitam, de modo etnocêntrico, as formas de diferenciação étnica e indígena. Para tanto, é preciso ouvir o "outro", as comunidades indígenas que vêm se afirmando no Rio Grande do Norte, cuja própria versão da história é muito mais legítima e culturalmente autorizada que os saberes e discursos hegemônicos.

Esta audiência trata-se, portanto, de uma possibilidade única de expor ao público e à sociedade em geral e às autoridades aqui presentes, as realidades desses grupos que repetidas décadas, têm sido ignorados e esquecidos em nosso Estado.

Obrigada,
Senhores e Senhoras.

Natal, 15 de junho de 2005


Jussara Galhardo A. Guerra

CARTAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada em 15 de junho de 2005 na Assembleia Legislativa - RN.